

APÓS REUNIÃO DA APROPUC COM REITORIA, CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO 2024/25 DEVEM SOFRER MODIFICAÇÕES

Após a deliberação da reunião aberta de professores realizada em 05/05, a reitoria da APROPUC encaminhou ofício à reitoria e à Propac com os pontos discutidos. Na segunda-feira, 11/05, a diretoria da APROPUC reuniu-se com o reitor, Prof. Dr. Vidal Serrano e com a pró-reitora de Planejamento e Avaliação Acadêmicos, Prof.^a Dr.^a Mônica Carvalho.

Na reunião, os diretores da APROPUC abordaram as questões levantadas pelos docentes em sua reunião aberta sobre a avaliação que questionavam os seguintes pontos: a falta de transparência nos cálculos apresentados; os critérios adotados para avaliar frequência em reuniões; a aplicação dos mesmos critérios a todos os professores, inclusive àqueles que são impedidos de assumir cargos acadêmico-administrativos por idade, titulação ou tipo de contrato; a limitação na pontuação de participação em bancas e artigos publicados; a falta de clareza nos critérios de avaliação de capítulos de livros; a diferença equivocada de índices de pontuação entre as diferentes cargas horárias.

O reitor Vidal Serrano e a pró-reitora Mônica Carvalho ressaltaram que as questões levantadas pelos docentes já haviam sido discutidas item a item e votadas no Consun de 17 de dezembro/2025 e aprovadas, em votação final, por unanimidade. Mesmo assim, o reitor concordou em apresentar no Consun de maio algumas modificações nos quesitos avaliatórios nebulosos.

A Reitoria não suspendeu o processo de avaliação conforme solicitação dos professores, mas propôs

adiar para o dia 20 e por sugestão da APROPUC concordou com a nova data de 22/05 para a conferência da planilha. Na terça-feira, 12/05, a pró-reitora Mônica Carvalho enviou e-mail aos docentes informando que: “Considerando o novo processo, informo que acordamos com a Apropuc a extensão do prazo para as reconsiderações até o dia 22 de maio de 2026, 23h59. Importante que toda e qualquer divergência em relação aos dados apresentados seja reportada para análise das Cacofs”.

O Reitor definiu a unificação da tabela de pontuação para todos os professores independentemente de contrato (TP maior ou menor do que 20 h) e uma “normalização” ou redução dos percentuais das tabelas avaliatórias que exigem altos percentuais

de desempenho para que o docente alcance índices positivos de avaliação. A nova valoração dessa tabela deverá ser apresentada para aprovação no próximo Consun, em 27/05/26.

Na reunião com a Reitoria, os diretores da APROPUC apontaram uma questão na atual avaliação que poderá deslegitimar todo o processo: a modificação dos critérios de avaliação para o biênio 2024/25 encaminhada pela reitoria ao Consun em novembro de 2025, quando as atividades passíveis de avaliação do biênio estavam praticamente encerradas. Esse fato pode prejudicar diversas pontuações, introduzindo uma retroatividade que, embora aprovada por unanimidade pelo Consun de dezembro de 2025, torna o processo questionável.

Consun prossegue a discussão do recredenciamento dos professores da Pós-graduação

Após o adiamento do Consun de abril para 13/05, a discussão sobre o recredenciamento docente na Pós-graduação foi uma das pautas principais da reunião. O pró-reitor de Pós-Graduação, Prof. Dr. Celso Campilongo, apresentou os dados sobre a aplicação da avaliação para recredenciamento dos professores da pós, constatando-se que, dos 416 professores avaliados, 92 não atenderam aos requisitos do edital. Uma das sugestões, seguida de votação e aprovada, foi a limitação de descredenciamento ao teto de 20% dos docentes de um mesmo programa que não atendam aos critérios do último edital. Segundo o pró-reitor Celso Campilongo, um terço dos professores que não atenderam aos critérios estabelecidos eram do curso de Direito. Os docentes descredenciados não poderão assumir novos orientandos nem disciplinas na pós-graduação, acarretando redução de contrato e perda salarial. Também foi debatido que esses professores ocupassem espaços na Graduação, o que poderia trazer transtornos na distribuição de aulas e perdas

de aulas para professores que lecionam apenas na graduação.

Um dos requisitos de avaliação referia-se à internacionalização. O reitor afirmou ser necessária a melhoria da divulgação da internacionalização tanto internamente quanto para a CAPES.

PDV

Após a discussão do descredenciamento, a questão do Plano de Demissão Voluntária, PDV, dominou a reunião do Conselho, pois a grande maioria dos conselheiros que pediram direito de fala citaram o PDV como uma saída para resolução de uma eventual crise criada pelo descredenciamento na pós-graduação. O reitor, Prof. Dr. Vidal Serrano Nunes Júnior, concordou que é necessário um plano de demissão digno que inclua um plano de saúde compatível com as necessidades dos professores. Um dos encaminhamentos da reunião foi que o Consun formulará propostas sobre a questão do PDV juntamente com a APROPUC e as direções de faculdade.

Além dessa proposta, o reitor

incluiu outros encaminhamentos, que foram aprovados por unanimidade, como a solicitação de 0,5% da receita bruta da PUC-SP à mantenedora para financiamento de pesquisa, equivalendo a um total de R\$2,25 milhões para o segundo semestre de 2026. Outro encaminhamento aprovado refere-se a uma política de continuidade de estudos incentivando os recém-graduados a se matricularem imediatamente na pós-graduação Lato Sensu, com 50% de desconto no valor da mensalidade, além da implementação do escritório de pesquisa.

Fundação não apresenta Balanço Anual

Nenhum representante da FUNDASP esteve presente no Consun para apresentar o balanço anual da PUC-SP. Esse balanço não é votado, mas apreciado pelo Conselho. A justificativa que foi apresentada pela Fundação ao reitor é que o balanço está disponível no site da mantenedora. Os conselheiros enfatizaram que apesar de o Consun não votar o balan-

ço, as Conselheiras(os) destacaram que sempre foi um compromisso da Fundasp apresentar o balanço nas reuniões do Consun. O Demonstrativo Financeiro está disponível em <https://www.fundasp.org.br/publicacoes/demonstracoes-financeiras/arquivos/2026/2025-dfs-fundasp.pdf>. O Consun fará um novo convite para que um representante da Fundasp compareça e apresente o balanço. No caso de nova recusa, ficou acordado que um professor de Contabilidade fará a explanação do balanço aos conselheiros.

A pró-reitora de Planejamento e Avaliação Acadêmicos informou sobre a reunião com a APROPUC que resultou na proposta de revisão das planilhas de avaliação e na prorrogação do calendário (veja na matéria anterior o relato da reunião e seus resultados).

Ao final da reunião, foi aprovado um protesto contra o fechamento da Livraria Loyola no campus Monte Alegre, com a solicitação de utilização adequada do espaço e o pronto restabelecimento da livraria nas dependências da PUC-SP.

Campanha Salarial: Professores do Ensino Superior mantêm o estado de greve

Em assembleia virtual do SINPRO/FEPESP realizada na quinta-feira, 14/05, os professores do ensino superior particular do Estado de São Paulo, por expressiva maioria de 98%, decidiram manter o estado de greve da categoria e prosseguir com as negociações da Convenção Coletiva com os representantes dos patrões. O presidente da Fepesp, professor Ailton Fernandes e

o presidente do Sinpro-SP, professor Celso Napolitano, relataram o andamento das negociações com os patrões do ensino superior.

O professor Ailton expôs os retrocessos inicialmente propostos pelas mantenedoras como um verdadeiro desmonte da Convenção Coletiva de Trabalho, na qual as mantenedoras reduziam drasticamente benefícios como bolsas de estudo, re-

tiravam convênio médico, além de acenarem com um “reajuste” de 3,5%, dividido em duas vezes, além do pagamento de PLR ou abono de 14% de um salário em outubro.

Na negociação desta semana, houve um recuo das entidades patronais, que retiraram da “pauta” as reduções dos planos de saúde e bolsas, porém insistiram em assegurar liberdade para alterar

cláusulas relativas a férias, à reeleição dos componentes das Cipas, à carga horária e controle de ponto, além de manterem as cláusulas econômicas.

Diante desses posicionamentos, os 25 sindicatos do estado de São Paulo filiados à Fepesp decidiram apresentar aos docentes uma proposta

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

que, mantendo o estado de greve, estabelece o dia 28/05 como prazo para a apresentação de uma proposta pelas mantenedoras (veja no quadro ao lado a íntegra da proposta). Nesse mesmo dia 28/05 haverá a próxima assembleia unificada estadual dos professores.

Presença da APROPUC

Os presidentes da Fepesp e

do Sinpro-SP saudaram na assembleia a presença do professor João Batista Teixeira, presidente da APROPUC-SP. Em sua fala, o professor João ressaltou os avanços que os docentes da PUC-SP vêm conquistando em seus acordos internos, e destacou a necessidade da manutenção de uma Convenção Coletiva de Trabalho dos Sindicatos dos Professores abrangente como garantia desses avanços.

A assembleia, que teve um comparecimento maciço dos docentes do ensino superior

privado do Estado, também contou com a presença dos presidentes da União Estadual dos Estudantes, Wesley Gabriel, e da presidenta da

União Nacional dos Estudantes, Bianca Borges, que ressaltaram a luta conjunta de estudantes e professores contra os retrocessos na Educação.

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO APROVADO PELA ASSEMBLEIA

- ✓ Manutenção do Estado de Greve e das Mobilizações;
- ✓ Estabelecer 28/05 como prazo para que a Comissão de Negociação apresente uma contraproposta;
- ✓ Assembleia Unificada da categoria no dia 28/05, às 15hs;
- ✓ Instituir o caráter permanente da assembleia, mantendo a deliberação sobre greve na ordem do dia.

Feminicídio e jornalismo são temas debate na 48ª Semana de Jornalismo

Na segunda-feira, 11/05, no auditório 333, aconteceu o debate "Cobertura de casos de feminicídio e o movimento Red Pill no jornalismo", com a participação de Amanda Audi (Repórter da Agência Pública), Laura Kotscho (Redatora e apresentadora do ICL), Jeniffer Mendonça (Repórter do Núcleo Jornalismo) e a mediação de Rosane Borges (Profa. PUC-SP). O jornalismo tem o papel fundamental na defesa dos direitos humanos e na conscientização da sociedade. A mesa refletiu como reportagens de feminicídio podem contribuir para transformar a realidade das mulheres, de modo positivo, pressionando o poder público para que leis já existentes sejam, de fato, aplicadas.

Ao falar sobre a responsabilidade da imprensa na cobertura de violências domésticas e feminicídio, Laura Kotscho ressaltou a importância de a matéria também atuar como um serviço de informação para as vítimas: "Em toda matéria que vamos falar sobre casos de violência doméstica, em caso de violên-

cia contra a mulher, a gente também precisa cumprir um serviço de onde denunciar. Tem 180 e 190, que é da polícia. Qual a diferença? Se uma mulher está correndo risco de vida naquele momento, ela tem que ligar para o 190. E o 180 é o disque denúncia. Então, nas nossas matérias, têm todas essas informações que as mulheres precisam fazer".

A mesa também ressaltou

os desafios enfrentados na profissão, que ainda é um ambiente machista, além do impacto emocional, como mulher, ao cobrir casos de feminicídio e a necessidade de cuidado e sensibilidade em construir as narrativas, evitando a normalização da violência.

Movimento Red Pill

O movimento Red Pill cresceu de forma alarmante nos últimos anos no ambiente digital, afirmaram as convidadas. Segundo elas, esses conteúdos vão contra todos os avanços e conquistas das mulheres, utilizando discursos misóginos e estratégias

"caça-cliques" que frequentemente vitimizam os homens e revitimizam as mulheres. As convidadas também afirmam que a internet se tornou um espaço de propagação de violência de gênero e discursos de ódio.

A mesa fez parte da 48ª Semana de Jornalismo da PUC-SP, realizada nos dias 11 a 15 de maio. O evento promoveu debates sobre temas como: jornalismo e feminismo, cobertura de casos de feminicídios, cobertura do poder judiciário, Oscar, jornalismo cultural, copa do mundo 2026, autoesporte, arquitetura e urbanismo, e jornalismo no ano eleitoral. Algumas mesas estão disponíveis no canal da TVPUC no Youtube.



Da esquerda para a direita: Amanda Audi, Laura Kotscho, a Profa. Dra. Rosane Borges e Jennifer Mendonça.

GREVE NA USP

NOTA DE REPÚDIO da AFAPUC

A AFAPUC – Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP/FUNDASP - manifesta seu profundo repúdio aos episódios de violência registrados nos últimos dias na Universidade de São Paulo — USP — envolvendo estudantes em mobilização por pautas legítimas e de interesse coletivo.

Entendemos que as reivindicações apresentadas pelos estudantes expressam preocupações reais e justas, relacionadas às condições de permanência, assistência estudantil, participação democrática e defesa da universidade pública. Em uma sociedade democrática, o direito à manifestação, à organização e à livre expressão deve ser sempre respeitado e preservado.

Nesse sentido, lamentamos profundamente qualquer ação marcada pela repressão, intimidação ou uso desproporcional da força como forma

de enfrentamento dos conflitos universitários. A violência jamais pode substituir o diálogo institucional, especialmente em espaços acadêmicos, que historicamente devem ser ambientes de construção crítica, pluralidade de ideias e mediação democrática.

A AFAPUC reafirma seu compromisso com a defesa do Estado Democrático de Direito, da autonomia universitária e da busca permanente de soluções construídas por meio do diálogo, da escuta e da negociação respeitosa entre estudantes, trabalhadores e gestores.

Somente pela via democrática será possível construir respostas efetivas, pacíficas e socialmente responsáveis para os desafios vividos pela comunidade universitária.

São Paulo, 11 de maio de 2026.

A Diretoria da AFAPUC.

NOTA DE REPÚDIO da APROPUC

Na madrugada de domingo do dia 10/05, estudantes que estavam ocupando a reitoria da Universidade de São Paulo por melhores condições de ensino e permanência após o reitor, Aluísio Segurado, negar o diálogo com os estudantes e ignorar suas reivindicações - ou até, jocosamente, incrementar pífios auxílios para os estudantes bolsistas – e afirmar para a mídia, unilateralmente, que a USP não estava mais em greve, foram surpreendidos com o aparato da força ilegal da polícia militar. A força de segurança do Estado de São Paulo covardemente, expulsou os discentes da USP com uso desmedido da força, utilizando gás de efeito moral e lacrimogênio, desferindo golpes em estudantes na tática chamada Corredor Polonês, resultando em estudantes lesionados, com braços e narizes quebrados.

A ação ocorreu em horário fora da lei de reintegração de posse, que determina o horário das 06h às 20h para tal ato.

A APROPUC repudia veementemente a ação da polícia sob o controle do Governo de Tarcísio de

Freitas (Republicanos) que legitima ações completamente desmedidas contra estudantes que estavam exercendo seu direito legítimo e pacífico de expressão, de liberdade e de greve, indignados frente à precarização da maior universidade da América Latina.

E como não bastasse a violência física, na terça-feira, 11/05, um deputado da base governista protocolou um Projeto de Lei que visa impedir manifestações de estudantes nas universidades estaduais e prevê punições a estudantes, professores e servidores envolvidos em greves e ocupações nas universidades estaduais paulistas. As medidas punitivas são completamente ilegais e contra o direito de liberdade do cidadão. São tempos sombrios que a política paulista vem há décadas atravessando. Todo apoio aos estudantes e servidores da USP e das universidades estaduais paulistas. Pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro!

São Paulo, 15 de maio de 2026.

A Diretoria da APROPUC.



O grupo de pesquisa SOCIOTRAMAS (COS/TIDD-PUCSP) convida para a palestra

O QUE É COLONIALISMO DIGITAL, AFINAL



Deivison Faustino
Faculdade de Saúde Pública da USP

18 de maio 15hs

PUCSP
Campus Monte Alegre - Rua Ministro Godói, 969 - Auditório 100-A (1º andar)

Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais

O Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais “Pensar o Agora: Crise, Poder e Sociedade no Século XXI”, tem como objetivo promover reflexões críticas sobre os desafios políticos, econômicos e sociais do mundo contemporâneo. O evento reunirá docentes, estudantes e pesquisadores para debater temas como racismo es-

trutural, transformações do trabalho, crises globais e o avanço das extremas direitas. Nos dias 18 e 19 será no Auditório 333 do Prédio Novo, 3ºAndar e no dia 20, no Tucarena. Para mais informações sobre a programação e inscrição, acesse: <https://eventos.pucsp.br/coloquio-da-faculdade-de-ciencias-sociais/>

Palestra sobre o livro de Durval de Noronha Goyos Jr.

No dia 21/05, às 19h no auditório 333, palestrantes discutirão sobre o livro Regime Internacional dos Direitos Humanos e o Sul Global do jurista Durval de Noronha Goyos Jr., que aprofunda a análise de como o discurso dos direitos humanos, ao longo do tempo, foi sendo transformado em ferramenta de poder político, econômico e cultural, utilizado para legitimar práticas imperia-

listas, racistas e neocoloniais. Com as participações do Prof. Vidal Serrano (Reitor PUC-SP), Embaixador Benigno Pérez Fernández (Cônsul Geral de Cuba), Profa. Victoria Weischtordt (Diretora APROPUC), Profa. Carol Proner (Direito UFRJ), Profa. Regina Gadelha (FEA-PUC-SP), Prof. Wagner Balera (Direito PUC-SP). A renda do livro será revertida para o auxílio do povo cubano.

O REGIME INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O SUL GLOBAL

PALESTRA-DEBATE SOBRE O LIVRO DO JURISTA DURVAL DE NORONHA GOYOS JR.



DIREITOS HUMANOS PELA PAZ: ONU, CUBA, GAZA, LÍBANO, IRÃ

Venda do livro será revertida para o povo cubano

PARTICIPAÇÕES:

Prof. Dr. Vidal Serrano (Mag. Reitor da PUC-SP)
Embaixador Benigno Pérez Fernández (Cônsul Geral de Cuba)
Profa. Me. Victoria C. Weischtordt (Diretora da APROPUC)
Profa. Dra. Carol Proner (Faculdade de Direito UFRJ)
Profa. Dra. Regina Maria A. F. Gadelha (FEA-PUC-SP)
Prof. Dr. Wagner Balera (Faculdade de Direito PUC-SP)

i Data: 21/05, às 19h00
Local: Auditório 333 – “Prédio Novo” (PUC-SP)
www.observadorlegal.com.br



professor e funcionário, filie-se à sua associação!

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associação
FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>



FALA COMUNIDADE

A precificação do trabalho acadêmico

**José Geraldo
Silveira Bueno**

Após ter tomado conhecimento da declaração, no mínimo, indelicada do Diretor Executivo da Fundação São Paulo, externando a sua insatisfação em relação ao rebaixamento da nota 5,0 (cinco) para 4,0 (quatro) do programa em que tenho a honra de ser o mais antigo professor, da infeliz entrevista do Senhor Reitor de que a crise da Universidade se deve a professores e cursos ultrapassados, participei, no dia 27/05, de reunião com a Pró-Reitora de Planejamento e Avaliação Acadêmicos (PROPAC) e o Assistente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação em que, nós professores, pudemos externar nossa visão sobre a Universidade e seus problemas.

Eu não pretendo novamente, ficar justificando o rebaixamento do Programa, mas minha pretensão é analisar mais profundamente a relação entre a nossa mantenedora, a FUNDASP, e o campo acadêmico da PUC-SP, desde as instâncias superiores (Reitoria e CONSUN), até o mais recente contratado docente...

Para quem não me conhece, sou professor desta Universidade, com carteira assinada no dia 12/06/1969, com trajetória contínua centrada

na educação especial, professor permanente deste programa desde 1993, com os seguintes indicadores de produtividade: 1) livros publicados – 15; 2) artigos em periódicos – 37; 3) capítulos de livros – 46; orientação de dissertações de Mestrado defendidas – 89; em andamento – 3; orientação de teses de Doutorado; defendidas – 37; em andamento – 2; supervisões de Pós-Doutorado: concluídas – 3; quantidade de citações no Google Scholar – 5.361.

Vou pautar minhas considerações a partir de uma afirmação feita pelo Assistente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, diante da reiteração de que o problema da redução brutal do número de alunos de nosso Programa não se deve a professores ou curso ultrapassados, mas aos valores, continuamente crescentes, das mensalidades, impostos pela mantenedora:

- O problema é que a questão da precificação (sic) é prerrogativa da Fundação.

Não considero que essa afirmação seja imprópria, pois ela tem sido não só implementada, mas aceita por toda a comunidade acadêmica, incluindo este velho professor, na medida em que não temos, ao longo desses anos, refletido mais

profundamente sobre a “prerrogativa da precificação”.

Na medida em que, todo o planejamento depende da aprovação unilateral e sem justificativa da Fundação em função da sua “prerrogativa de precificação”, as suas decisões monocráticas interferem, sim, no campo acadêmico.

Vamos para alguns exemplos:

- a decisão dos recursos financeiros destinados a cada uma das unidades acadêmicas é prerrogativa única e exclusiva da FUNDASP: o número de alunos por turma, que implica na abertura ou não de turma nova, destinação de recursos de pessoal entre pós-graduação e graduação; os recursos para incentivo à pesquisa; etc...

- a política de pesquisa é um exemplo escarrado da interferência da Fundação no campo acadêmico, pois, após ter sido aprovado o edital e os professores interessados terem apresentados seus projetos, inclusive com Termos de Outorga assinados, a Fundação suspendeu todo o financiamento, sem qualquer justificativa; no ano seguinte, simplesmente não houve abertura, retornando somente em 2026;

- a pendência criada pela Fundação para a continuidade do convênio

para a permanência do curso de Relações Internacionais, independentemente de sua avaliação interna, da comunidade acadêmica nacional e internacional é mais um dos inúmeros exemplos de que a “precificação” interfere no campo acadêmico;

- a política de recursos humanos: sem falar no absurdo de termos quatro tabelas para diferentes remunerações de professores, não existe nenhum plano público, baseado em disponibilidades de recursos, para que, anualmente, sejam dispensados antigos professores que gostariam de se aposentar, e de promoção da carreira daqueles que estão na fila há anos.

Enfim, a política financeira da FUNDAÇÃO se resume em dois eixos:

1 - Contenção das despesas - calcada no rebaixamento dos salários dos docentes ingressantes, estratégia eufemizada de precarização do trabalho docente: manutenção a contragosto de antigos professores com salários dignos (embora, com frequência, com carga horária contratual reduzida em vários casos) e salários e condições de trabalho aviltantes para aqueles que ainda se dis-

**Continua na
página seguinte**

Continuação da página anterior

põem a se submeter a processos seletivos exigentes; implementação do Fator de Trabalho Docente (FTD), artifício eufemizado de implementação do regime de hora-aula; b) redução das horas/aula por meio de “reformas curriculares” as quais, no fundo, nada mais são do que diminuição do número de disciplinas, ou de aulas das disciplinas, que resulta em diminuição da folha de pagamento; e 2 - Ampliação da receita – aumento contínuo e constante das anuidades dos cursos de graduação, pós-graduação e educação continuada, que implicou em redução dramática do número de cursos e, entre os que restaram, do número de turmas. Nenhuma iniciativa de maior porte, para ampliação da receita.

Em suma, o milagre do equilíbrio financeiro alcançado pela FUNDASP, nos 21 anos de intervenção, se resume a um processo que nenhum economista do mundo havia pensado: redução das despesas, mesmo que implique em rebaixamento da qualidade do produto, e aumento dos preços dos serviços prestados.

Em contraposição, a Fundação, interferindo diretamente na autonomia universitária, cria um laboratório e dois núcleos de pesquisas, ensino etc.:

- “LABÔ – Laboratório de Política, Comportamento e Mídia, que “é um espaço de ensino e pesquisa, subordinado à Secretaria Executiva da Fundação São Paulo”;

- Núcleo Lumen - “vol-

tado para Humanidades em Ciência e Tecnologia, é um projeto promovido pela Fundação São Paulo” (...) “desenvolve atividades de pesquisa, cursos, eventos, publicações e projetos tanto nacionais quanto internacionais nas áreas de Humanidades Tecnológicas (evolução digital), Humanidades Ambientais (mudanças climáticas) e Humanidades Médicas (avanços em genética).

- Núcleo de Formação Continuada para Profissionais da Educação (FCPE) - “espaço dedicado à formação continuada de educadores e gestores de instituições de ensino católicas, públicas e privadas com o intuito de preparar os profissionais para os desafios contemporâneos e para promover a educação inclusiva e a integração entre educação básica e superior, bem como a disseminação de valores humanistas e cristãos

na prática pedagógica.”

(Disponível em: <https://www.fundasp.org.br/a-fundasp/prestacao-de-servicos/index.html>)

Para que eu, simples professor-titular, possa criar um Grupo ou Núcleo de Pesquisa e Estudos, preciso (com razão), de aprovação do meu Programa, do Conselho da Faculdade, do CEP e CONSUN..

O Diretor da Fundação, que possui apenas o título de Mestre, pode criar o Grupo que quiser, porque isso não interfere na autonomia universitária?

A Fundação ficou maior que a PUC-SP, as despesas dela não entram no cálculo das despesas da Universidade, quer seja para definição dos salários dos funcionários, dos diretores, da criação de grupos de ensino e pesquisa ou das despesas com capela, academia ou “hair office”.

Por isso, enquanto todas as instâncias acadêmicas, dos altos cargos e colegiados, até o mais recente contratado docente, não colocarem em xeque essa relação, a precificação continuará ditando o caminho para o futuro desta Universidade: embelezamento arquitetônico e tecnológico, aproximação com o mercado, fachada de modernidade para atrair o alunado e precarização do trabalhador, pois professor é elemento substituível por outro, com menor remuneração: viva o neoliberalismo!!!

Prof. Dr. JOSÉ GERALDO SILVEIRA BUENO

PPG em Educação: História, Política, Sociedade

Desde 12/06/1969 - Chapa n. 000248

COM MUITA HONRA!!!

TROCA DE FIGURINHAS

COPA DO MUNDO 2026

**BORA COMPLETAR O ÁLBUM?
TRAGA SUAS REPETIDAS E TROQUE AQUI!**

LOCAL:
PAC-ESPORTE
SALA 65

HORÁRIO:
SEGUNDA A SEXTA:
DAS 10 H ÀS 13H

QUINTA:
DAS 14 H ÀS 17

BORA TROCA FIGURINHAS!